

COLONIALIDADE DIGITAL E AS NOVAS FACES DA DOMINAÇÃO: REFLEXÕES DESDE O BRASIL CONTEMPORÂNEO

Ivone Fernandes Morcilo Lixa¹
João Paulo Allain Teixeira²
Raquel Fabiana Sparemberger³

RESUMO: A entrada para o século XXI para nações herdeiras do processo colonizador moderno e atualmente espaços periféricos do capitalismo, foi marcada por profundas redefinições nas relações de poder e a presença inédita da tecnologia da informação. Rapidamente tornou-se evidente que o “mundo digital” não se limita tão somente a inovação tecnológica, mas impacta na condição da existência humana construindo um novas subjetividades, hábitos, desejos, afetos, processos cognitivos, etc. e, sobretudo, modificando a vida social, política e econômica que é transformada em dados comportamentais apropriados pelo capitalismo. O presente trabalho tem como objeto discutir a redefinição do capitalismo a partir do gerenciamento e identificação de padrões através de redes digitais caracterizando a perpetuação de poder capitalista colocado em marcha pelo processo colonizador moderno que atualmente se caracteriza por uma nova forma de dominação provisoriamente chamada de colonialidade digital.

Palavras-Chave: Colonialidade Digital; Capitalismo da Vigilância; Tecropolítica; Direitos Fundamentais; Democracia.

ABSTRACT: The entry into the 21st century for nations that are heirs to the modern colonizing process and currently peripheral spaces of capitalism, has been marked by profound redefinitions in power relations and the unprecedented presence of information technology. It quickly became clear that the “digital world” is not limited to technological innovation, but impacts on the condition of human existence, building new subjectivities, habits, desires, affections, cognitive processes, etc. and, above all, modifying social, political

¹ Doutora em Direito Público pela Universidad Pablo de Olavide (UPO/Es) com pós doutoramento pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Mestre em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professora, pesquisadora e extensionista dos cursos de graduação e pós graduação da Universidade Regional de Blumenau (FURB). Coordenadora adjunta do Programa de Mestrado em Direito da FURB (PPGD FURB).

² Doutor e mestre em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Mestre em Teorias Críticas do Direito pela Universidad Internacional de Andaluzia. Pós doutor em direito pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES-UC). Bolsista de produtividade CNPq. Professor, pesquisador e extensionista dos cursos de graduação e pós graduação stricto sensu em Direito da Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP) e Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

³ Doutora e mestre em Direito pela Universidade Federal do Paraná com pós doutoramento em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professora dos cursos de graduação e pós graduação stricto sensu na Universidade Federal do Rio Grande (FURG) e Fundação Ministério Público (FMP). Pesquisadora CNPq e FAPERGS.

and economic life, which is transformed into behavioral data appropriated by capitalism. The purpose of this paper is to discuss the redefinition of capitalism based on the management and identification of patterns through digital networks, characterizing the perpetuation of capitalist power set in motion by the modern colonizing process, which is currently characterized by a new form of domination provisionally called digital coloniality.

Keywords: Digital Coloniality; Surveillance Capitalism; Technopolitics; Fundamental Rights; Democracy.

INTRODUÇÃO

A entrada para o século XXI, sobretudo para as nações periféricas do capitalismo global, não foi de otimismo. Já nas duas primeiras décadas a redefinição das relações de poder e seus efeitos desencadearam degradações e perversidades jamais vistas, exigindo inéditas e desafiadoras escolhas paradoxais ainda mal compreendidas. Tempos duros e difíceis nos quais os grandes ideais emancipadores como igualdade, solidariedade e democracia que edificaram a modernidade se transformaram em discursos raivosos levando a sociedade à excessos de toda natureza, produzindo um difícil e conturbado cenário, que, sob o disfarce da dinâmica do capitalismo, a *...luta pela emancipação continua sendo a mais difícil das empreitadas* (Zizek, 2016, p.12).

É momento de escolher entre o imobilismo resignado e a luta emancipatória e a segunda opção, que apenas pode ser feita desde um horizonte crítico, é enfrentar um difícil, porém urgente, confronto entre lógicas e forças contrárias, que estão se avolumando como resultado das mutilações e sofrimentos causados pela subjetivação neoliberal que agem no sentido do egoísmo social, da negação da solidariedade e da redistribuição que desembocaram em retrocessos nas conquistas democráticas e na garantia de direitos humanos (Dardot e Laval, 2016, p. 09).

Negando o conformismo que imobiliza e mata um ponto de partida possível é compreender as relações de dominação atuais que se redefinem desde uma nova lógica e instrumento de dominação nos obrigando a elaborar respostas e trilhar caminhos inéditos. Embora sendo antigas questões, paradoxos e confrontos que acompanham toda crítica à modernidade há um novo fator que não pode ser ignorado: o mundo digital e seus impactos.

A tecnologia da informação e comunicação estão disseminadas em todos espaços e absorvidas por milhões de pessoas que têm usurpados direitos essenciais à condição humana tais como o da privacidade e da liberdade. Apropriações que alimentam um empreendimento capitalista que Shoshana Zuboff chama de capitalismo da vigilância (Zuboff, 2020, pgs. 22 e segs). Em síntese, o capitalismo da vigilância, para Zuboff, é uma forma de exploração que reivindica para si unilateralmente a experiência humana como ... *matéria prima gratuita que transforma em dados comportamentais. Embora parte destes dados se destinem a melhorar produtos e serviços, o restante é considerado um excedente comportamental proprietário que alimenta processos avançados de fabrico designados por “inteligência automática”, e transformando em produtos preditivos capazes de antecipar ações atuais, imediatas e futuras.* (Zuboff, 2020, p. 22).

Portanto, é uma lógica de mercado e de competição capitalista cuja fonte de acumulação são desejos, emoções, personalidades, vozes e crenças obtidas a partir da estratégia de permanente vigilância dos dados e informações pessoais. Os capitalistas descobriram que os dados são mais valiosos que os serviços e informações prestadas e que é possível ajustá-los, afiná-los e conduzi-los para um resultado lucrativo.

Esses novos “empreendedores” aliam-se a práticas de poder articuladas por sujeitos chamados por Empoli (2022) de “engenheiros do caos”. Esse tipo de agente inflama pessoas e grupos específicos cultivando o ódio e a cólera coletiva através da manipulação de informações, redes sociais e, apropriando-se de algoritmos, espalham emoções negativas com o objetivo claro de interferir na política. Constituem para Empoli “novos Doutores Fantásticos” da política (Empoli, 2022, p. 21). São os agentes da engenharia do caos informacional que instrumentalizam o debate sobre a liberdade de expressão irrestrita e aí encontram o alibi perfeito para o extremismo e a disseminação do ódio e mentira, e, não raras vezes, silenciam ou desautorizam vozes resistentes e dissonantes. E assim, as big techs entram em cena prometendo regular o mercado de informação, mas acabam por se tornarem em poderosas ameaças contra o Estado em nome da “funcionalidade e necessidade de seus serviços”, delineando um futuro desolador onde o comportamento e desejo humano é modelado e explorado em nome dos novos interesses do capital.

Dessa maneira, de forma distinta do que ocorreu nos séculos XIV e XV, atualmente a expansão e dominação não se dá por armamentos e extermínio físico, mas pela dominação da vontade por via da automação. ... *uma arquitetura computacional ubíqua composta por dispositivos,*

elementos e espaços “inteligentes” ligados em rede (Zuboff, 2020, p. 23), levando a pensadores críticos decoloniais cultivarem uma expressão para designar essa nova forma de dominação: o colonialismo digital.

1. COLONIALIDADE: O INSTRUMENTO DE DOMINAÇÃO E ACUMULAÇÃO DO CAPITALISMO MODERNO.

O processo de dominação capitalista colocado em marcha a partir das conquistas coloniais europeias do século XV é o desdobramento da expansão do capitalismo mercantil e constitui, sem dúvida, o ponto de partida para edificação do projeto da Modernidade. “Modernidade” é a designação genérica de um complexo conjunto de transformações cujos efeitos acabaram colocando a Europa como centro de um projeto civilizatório hegemônico. Trata-se de um processo paradigmático inédito que reorientou as múltiplas relações da vida cotidiana e suas formas tradicionais de racionalização, carregando consigo distintas faces.

Externamente, desde o Sul⁴, a modernidade pode ser interpretada como construção do mito criado a partir do século XV acerca da existência de um centro histórico mundial portador de uma concepção política de ordem econômica, política e social civilizadora. Em momentos históricos anteriores os impérios ou sistemas culturais coexistiam entre si, e apenas com a expansão europeia, que atinge a América no século XV e o Oriente no XVI, é que o planeta se torna o “lugar” de uma “única” história mundial (Dussel, 2000, p. 46). Na face interna, eurocêntrica, modernidade é a emancipação racionalizadora da humanidade. Entretanto, um discurso que oculta a irracionalidade justificadora de seu próprio mito de ser uma “missão civilizadora”.

“Modernidade”, nesse sentido, é um paradigma múltiplo, ambíguo e complexo que enfeixa em si relações de dominação desenvolvidas mundialmente desde o século XV cujo impulso foi a auto elaboração europeia de um imaginário de “progresso” linear e universal. A tirania de poder, com sua “missão civilizadora”, constituiu-se numa prática “racionalizadora” de um mito alimentado interna e externamente pelo mundo europeu ao

⁴A palavra “Sul” é utilizada para designar o espaço geo-político de confluência e experiência histórica multicultural dos povos latinoamericanos.

mesmo tempo em que era definitivamente superado o passado medieval. Assim, “mundo moderno” nasce como produto da aproximação entre a burguesia secularizada europeia e as necessidades do capitalismo que acabou por oferecer os contornos do padrão mundial de poder e construiu um modelo civilizatório hegemônico.

Foi com esse processo de conquista das sociedades e culturas que habitavam o que é hoje a América Latina sobretudo Ásia que se dá início a uma nova ordem mundial que se consolidou e dominou todo planeta, produzindo brutal concentração de recursos por uma elite europeia, que na história recente do século XX, foram transferindo o poder para seus descendentes euro-norte-americanos continuando a ter como vítimas os explorados e dominados da África e América Latina (Quijano, 2019, p. 103).

Essa forma de dominação, mais além de um sistema formal de dominação política que foi sucedida pelo imperialismo contemporâneo, se constituiu em uma estrutura social, cultural e ideológica das áreas dominadas que, entre outras consequências, construíram subjetividades e intersubjetividades estamentais, classistas, patriarcais e patrimonialistas, colonizando também o imaginário dos colonizados (Quijano, 2019, p. 104).

Embora o colonialismo político tendo sido eliminado nas lutas de independência dos séculos XIX e XX, a colonização, e não somente a subordinação, de outras culturas foi o perverso triunfo do processo de dominação que resulta, inicialmente, da repressão de símbolos, crenças e saberes terminou com a absorção de imagens mitificadas dos padrões de conhecimento e significações da cultura eurocêntrica. Afinal, a cultura europeia era sedutora porque dava acesso ao poder e, assim, a europeização se converte em aspiração e desejo.

Era de participar en el poder colonial. Pero también podía servir para destruirlo y, después, para alcanzar los mismos beneficios materiales y el mismo poder que los europeos, para conquistar la naturaleza. Em fin, para el “desarrollo”. La cultura europea pasó a ser um modelo cultural universal. El imaginário en las culturas no europeas, hoy difícilmente podría existir y, sobre todo, reproducirse, fuera de esas relaciones (Quijano, 2019, p. 104).

Assim, mesmo o colonialismo destruído como dominação política, a colonialidade se manteve como relação estrutural de dominação e foi decisiva para a configuração do mundo capitalista.

Em síntese, o colonialismo histórico pode ser entendido como um sistema global em que os colonizadores usam o poder para subjugar os colonizados, apoderando-se de recursos desses e enviando essas riquezas à metrópole, justificando suas ações com um discurso de diferenciação hierárquica entre povos e culturas (Couldry; Mejias, 2019). Embora haja o entendimento de que as lutas libertárias anticoloniais do século XX tenham posto fim ao colonialismo, talvez ele “apenas mudou de forma ou de roupagem, e que a nossa dificuldade é sobretudo a de nomear adequadamente este complexo processo de continuidade e mudança.” (Santos, 2024, outraspalavras.net). Em sua essência, foi um período histórico derivado do processo de expansão territorial marcado pelas navegações e descobertas de novos continentes, que movido pelos interesses de uma burguesia capitalista em ascensão.

Esse processo configurou a dominação de determinados países sobre outros, mais precisamente, o domínio das metrópoles sobre às colônias, estabelecendo uma relação de superioridade dos povos colonizadores, dando origem a colonialidade que é o lado obscuro da modernidade, por isso, podendo-se falar em modernidade/colonialidade. A retórica da modernidade e suas ideias pretensamente universais (cristianismo, modernidade, Estado, democracia, mercado etc. e agora a tecnologia) permitiram a perpetuação da lógica da colonialidade (dominação, controle, exploração, dispensabilidade de vidas humanas, subalternização de saberes e técnicas dos povos colonizados etc.) (Mignolo, 2008, p. 293).

A colonialidade se sustentou e continua a se sustentar, portanto, a partir da construção do imaginário epistêmico da universalidade. Em nome de uma pretensa racionalidade universal, foram necessários o tráfico de escravos, a exploração dos indígenas e a expropriação de suas terras. Ou seja, a retórica positiva da modernidade justifica a lógica destrutiva da colonialidade (Damazio; Sparemberger, 2016, p. 275).

Portanto, a colonialidade é um dos elementos fundacionais e constitutivo do capitalismo e do padrão de dominação mundial colocado em marcha a partir dos séculos XIV e XV que opera até os dias de hoje em distintas dimensões materiais e subjetivas da existência humana historicamente redefinindo formas e centros de dominação.

2. COLONIALIDADE DIGITAL: O INSTRUMENTO DO CAPITALISMO DO SÉCULO XXI.

A sistemática e permanente exploração dos povos e recursos naturais da América, África e parte da Ásia que alimentou o capitalismo moderno a partir do século XIX é redefinida com as lutas de emancipação colonial. Entretanto, embora modificado o status político formal subsiste a colonialidade como forma de dominação uma vez que, como explica Walsh (2009), colonialismo e colonialidade não se confundem sendo o colonialismo um processo histórico de dominação política e jurídica formal e direta sobre os povos, territórios e recursos pelas metrópoles europeias, enquanto a colonialidade é a permanência da dominação como dimensão cognitiva, como demonstraram os estudos de Quijano (2019) e Frantz Fanon (2022), dentre outros.

Para Fanon a criação do Estado-Nação nas ex-colônias não foi elaborada para a superação da violência, mas a manteve através do controle, punição e expropriação de vidas matáveis (Fanon, 2022, p. 06) que permanece tanto na burocracia estatal como imposição de valores e saberes externos perpetuando o empreendimento colonial reduzindo o conceito de humanidade ao branco, de ascendência europeia, heterossexual, cristão, proprietário e masculino criando uma forma de poder que se perpetua.

Em síntese, a colonialidade é um padrão de poder capitalista como explica Quijano (2019) que estrutura a vida social, política, econômica e cultural das áreas periféricas:

A colonialidade é um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial de poder capitalista. Sustenta-se na imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo como pedra angular do referido padrão de poder e opera em cada um dos planos, meio e dimensões, materiais subjectivos, da existência social cotidiana e da escala societal, origina-se e mundializa-se a partir da América (Quijano, 2029, p. 73).

Assim, a marcha predatória seguiu e em fins do século XX, quando o capitalismo inovou no jogo histórico de suas mutações, uma nova forma de mercado tecnológico e suas inovações rapidamente se convertem em dominação política, econômica e social de uma nação por outra. É nesse contexto que se visibiliza uma nova versão do colonialismo, provisoriamente chamado de colonialismo digital.

O colonialismo clássico possuía um modo específico de operar para invadir territórios estrangeiros para apropriar-se de recursos humanos e ambientais, escravizando, pilhando, matando e construindo infraestrutura política, jurídica e militar a fim de colocar em marcha o processo de acumulação. Entretanto, no atual estágio o capitalismo estabelece como estratégia as redes digitais que se conectam mundialmente formando um ecossistema tecnológico articulados pelas big techs, empresas que movimentam milhões de dólares e monopolizam, a partir do controle de serviços e informações, dados vitais.

Estamos diante de um verdadeiro saque milionário de informações transformadas em ativos econômicos, perpetrados por corporações imperialistas que extraem, armazenam e processam dados, *expertise* e padrões sociais, quantificando parte fundamental de nossa vida para melhor mercantilizá-la. Trata-se, ... de uma acumulação *primitiva de dados*. Ao mesmo tempo, observa-se, no mundo todo, uma tendência à colonização, ou melhor, à subsunção da vida cotidiana e de seus processos cognitivos ao universo digital. É um passo largo, aparentemente sem volta, em direção a uma ciborguização objetificada e mercantilizada de nossa experiência e de nosso sendo de realidade. (Faustino e Lippold, 2023, p. 78).

O inédito nesse processo a forma de apropriação que vai além da clássica exploração do trabalho excedente é a mercantilização da vida. O colonialismo digital, portanto, é concretamente a ... *expressão objetiva (e subjetiva) da composição orgânica do capital em seu atual estágio de desenvolvimento e se materializa a partir da dominação econômica, política, social e racial de determinados territórios, grupos ou países, por meio das tecnologias digitais* (Faustino e Lippold, 2023, p. 80). Assim, a nova forma de pilhagem é partilhada mundialmente entre os grandes monopólios das indústrias da informação.

A entrada para a chamada era digital inovou as promessas insustentáveis da modernidade: a promessa de compras por impulso, informações rápidas e agilidade dos serviços, mas que rapidamente descobriu uma nova forma de acumulação atraindo expectativas e promessa de inclusão no mundo digital. A promessa de um mundo de maravilhas *para que satisfizessem as nossas necessidades de uma vida eficaz, prometendo a magia da informação ilimitada a um milhar de maneiras de antecipar nossas necessidades e amansar as complexidades de uma vida cheia de preocupações* (Zuboff, 2020, p. 70).

A colonialidade digital encontra na extração de dados obtidos com consentimento ou não dos “usuários” a forma de acumulação e disputa entre as grandes corporações como

Apple, Alphabet, Amazon, Microsoft e Meta que lucraram US\$ 327 bilhões em 2023⁵. O capitalismo encontra um novo e valioso “produto” cuja extração e comercialização segue o padrão colonialista monopolizador.

O ponto que se quer destacar aqui é o de que esse novo ativo tem movimentado os setores mais dinâmicos do capital, mas as disputas por sua extração seguem os antigos padrões coloniais monopolistas. Trata-se, de um lado, de novas disputas por obtenção, controle e análise de dados, coletados com ou sem consentimento de seus produtores pelas grandes corporações, e, de outro, da velha disputa neocolonial pelos recursos materiais necessários à produção e reprodução do *big data* ((Faustino e Lippold, 2023, p. 82)

Os territórios periféricos e sua população tanto on-line como off line são espaços de extração de dados e expansão do domínio tecnológico disputados não apenas para comércio, mas também coletando dados e informações que definem padrões a serem utilizados pelo capitalismo internacional, o que vai caracterizando uma nova divisão do mundo.

Como destacam Lippold e Faustino (2022) o que chama a atenção não é somente a enorme movimentação financeira, mas as formas de pelas quais se dão os processos de apropriação e valorização. Os impactos produzidos pela “era digital” que acarretou transformações tecnológicas, sociais, políticas e ideológicas na medida em que foi sendo interiorizado nos processos produtivo expulsando milhões de trabalhadores das indústrias, também foi moldando comportamentos segundo os interesses do mercado e mais recentemente, na política quando então não foi mais possível separá-la da tecnologia e do universo digital.

No mundo contemporâneo os campos e dimensões digitais, sociais, políticos, culturais e ideológicos se cruzam, se fundem e se retroalimentam de modo incessante, sobretudo quando se trata das práticas de dominação e das lutas de resistência que se interpõem (Bruno, Cardoso, Kanashiro, Guilhon e Melgaço; 2019). Ao que parece cumpre-se uma tragédia anunciada por Euclides da Cunha que dizia “ser o progresso uma condenação”, como lembra Schwarcz (2021) porque, ao que parece, o progresso vem sendo

⁵ Dados informados por **Poder 360** disponível em: <https://www.poder360.com.br/economia/big-techs-batem-recorde-em-2023-com-lucro-de-us-327-bilhoes/#:~:text=As%20maiores%20empresas%20de,lucro%20de%20US%24%20101%20bilh%C3%B5es.>

uma danação desde a primeira grande guerra quando ficou evidente que estamos mais próximos da barbárie e destruição do que da civilização porque foi arrancado o verniz civilizatório.

O modelo panóptico remodelado pelo capitalismo não apenas encontrou novas formas de vigilância das resistências, mas gerencia e identifica padrões através das redes digitais que possibilitam estratégias de poder a partir do uso da tecnologia, agregando atores diversos que fazem surgir formas de dominação, exploração e modos de existência. E é nesse sentido que se entende a tecnopolítica como ... *uma caixa de ferramentas para os embates sociotécnicos do presente* (Bruno, Cardoso, Kanashiro, Guilhon e Melgaço; 2019, p. 09).

Em que pese o termo “tecnopolítica” ainda estar em construção nessa nova fase do capitalismo a utilização das plataformas e extração de dados na medida cria uma interface com a dimensão cognitiva remete a percepção da realidade distinta que, no entender de Cesarino (2022) é uma “segunda dimensão da natureza humana”. Pode-se dizer que ... *os seres humanos temos infraestruturas cognitivas e culturais hardwired⁶ não apenas nas instituições e costumes, mas em nosso próprio aparato corporal e perceptivo: hábito, memória, afetos, processos cognitivos pré-conscientes etc* (Cesarino, 2023, p. 146). Ou seja, o “humano e não humano” se conectam e se organizam de forma eficaz a fim de produzir e reproduzir sistemas que funcionam que impactam diretamente na esfera da decisão política, que claramente na história recente do Brasil, Argentina, EUA, Itália, Inglaterra e outros países tornou-se a chave para ascensão do novo populismo de direita.

Reinventando o velho populismo a tecnopolítica alimenta a existência de perigo “vermelho” fantasioso, deslegitimação das tradicionais fontes de produção de conhecimento, como por exemplo o saber acadêmico, crença em “salvador da pátria”, dentre outras estratégias conhecidas que tornam “real” uma “crise”, que encontram função em um complexo sócio político de sensação de esvaziamento permitindo a convergência de um coletivo para personalismos extremos, como claramente no Brasil foi e é o bolsonarismo.

⁶ Explica Cesarino (2023, p. 146) que *hard-wire* significa tornar uma função padrão num computador conectando circuitos de forma permanente, de modo que não possa ser alterado pelo software.

3. TECNOPOLÍTICA E COLONIALIDADE DIGITAL: A NOVA ENGENHARIA DE PODER.

Politicamente o Brasil tem a marca histórica da herança colonial aliada a sucessivas disputas de poder pelas elites econômicas locais que buscam alinhar seus interesses de acumulação aos do capitalismo internacional. Egressa de regime ditatorial a nação brasileira até fins do século XX mergulhou num espírito democrático celebratório, quando então, já no início da segunda década do século XX, o cenário se modifica, coincidindo com as fortes crises migratórias e os efeitos da crise econômica de 2008. O supremacismo da extrema direita e o populismo antidemocrático ganham relevância nos países centrais, culminando com a ascensão de Donald Trump nos EUA que alimentou o discurso de Bolsonaro e sua candidatura presidencial, tornando o desrespeito aos direitos civis e fundamentais, até então limitadores do neoliberalismo em marcha, a tônica do bolsonarismo.

Após uma campanha marcada por *fake news* e fraudulento financiamento de empresários e grupos extrema direita, Bolsonaro é eleito presidente. Visibilizando-se uma aguda e profunda crise multifacetada, com claros retrocessos às difíceis conquistas sociais. Novamente os custos são altos para as classes populares, que vão assistindo, atônitas, às perdas dos direitos duramente conquistados em nome da “governabilidade possível”. No Brasil, a classe média, historicamente conservadora e facilmente cooptada por grupos golpistas, sentindo-se ameaçada por dar-se conta de que não detém o poder do Estado e tampouco o poder social das classes populares organizadas, alimentada por suas contradições ideológicas que oscilam entre o individualismo competitivo e a defesa dos “interesses” dos “excluídos” e da “lei e ordem”, pactua e incorpora o discurso bolsonarista. Não foi difícil Bolsonaro ganhar adeptos, inclusive em parte da classe trabalhadora que ascendeu economicamente durante as décadas anteriores durante os governos populares.

A sociedade brasileira se fragmenta e se divide, fazendo ressurgir fantasmas há muito exorcizados, como a defesa do “Estado Militar”, o extermínio dos opositores, o “patrulhamento” ideológico nas escolas e universidades, o salvacionismo pregado pela “teologia da prosperidade”, etc. Junto com Bolsonaro são eleitos “empreendedores” bem-sucedidos e líderes religiosos que se anunciam como moralmente incorruptíveis. É o

nascimento da “serpente” que fala e age em cada um que “engoliu seu ovo” e o abrigou no melhor dos ninhos: a desesperança e o ódio. Nesse contexto, juristas divididos entre a complacência e a ruptura, se dão conta que não é mais possível sustentar a neutralidade “supraconstitucional” e política.

O fenômeno bolsonarista ganha espaço social e político e, com ele, a sociedade se fragmenta e é dominada pelo discurso do ódio e do extermínio, como analisa João Cesar de Castro Rocha (2023) para quem o êxito eleitoral e de Bolsonaro e seus desdobramentos dependeu de artifícios de uma guerra cultural que inclui a fragmentação política da cidadania atingida pelo microdirecionamento digital empregado sem limites e sem o menor pudor na campanha.

Em 2018, o bolsonarismo lançou mão, sem parcimônia algumas, das *“inductions dangerous, drunken prophecies, libels and dreams”*, tomando ao pé da letra a lição de Ricardo III, e com o mesmo objetivo, qual seja, *“to set [...] deadly hate”* – no caso, entre a sociedade brasileira e qualquer coisa que evocasse o monstro-fantasma do comunismo, da esquerda, em suma, do petismo. A guerra cultural somente triunfa ao personalizar as causas dos processos históricos, isto é, ao concretizar o falso moralismo da pauta de costumes em indivíduos que passam a canalizar a violência gerada pela radicalização ideológica, tornando-se alvos de perseguição marcada pelo ódio e mesmo o desejo de eliminação física do outro (Castro Rocha, 2023, p. 21).

Sem projeto de governo, mas com clara plataforma neoliberal, Bolsonaro conseguiu personificar o novo fascismo e a extrema direita chega ao poder marcando definitivamente a entrada da tecnopolítica no Brasil e a reinvenção do populismo digital. Sem dúvida, Bolsonaro não chegaria tão facilmente ao poder se não fosse o uso das redes digitais. Não é mero acaso, como lembra Cesarino (2023, p. 147) que 2013 foi o ano da “virada” no mercado de smartphones e os aplicativos como Facebook assumem a hegemonia no mercado brasileiro através de operadoras para a pré-instalação gratuita.

Assim, ganha relevância no cenário político o uso da tecnologia digital não apenas no Brasil, mas em diversas partes do mundo.

Boa parte dos movimentos *antiestablishment* de base digital das duas últimas décadas, como os pioneiros Cinco estrelas na Itália e Podemos na Espanha

ganham força se colocando “para além da esquerda e da direita”. Foram, contudo as lideranças à extrema direita do espectro político que lograram converter essa força tecnopolítica em uma sequência notável de vitórias eleitorais. Era uma “nova” ou “alternativa” que se propunha a revolucionar o espectro político como um todo, incluindo a direita convencional (Cesarino, 2023, p. 147)

Onde quer que esse populismo cresce vai assumindo uma forma carnalizada, invertendo as tradicionais regras. É uma dimensão da carnalização para além do reconhecimento dos desejos e fantasias que servem de “escape” dos discursos e práticas dominantes que é a inversão, tal qual se conhece a festa do carnaval que parece que a realidade e o mundo viram de “cabeça para baixo”. O carnaval é uma aparente loucura que em não raras vezes acaba em tragédia, mas que ninguém se importa. É uma festa de que combina sentimentos profundos que extravasam descontroladamente. É exatamente essa metáfora utilizada por Giuliano Da Empoli na obra “Os engenheiros do caos” para discutir como as *fake News*, teorias da conspiração e algoritmos são utilizados para disseminar ódio, medo e desestabilizar as instituições democráticas, criando realidades e verdades que se sabe serem mentiras (Empoli, 2019)

Sobre o carnaval como inversão afirma Empoli:

Desde a Idade Média o carnaval é a ocasião para o povo derrubar, de forma simbólica e por tempo limitado, todas as hierarquias instituídas entre o poder e os dominados, entre o nobre e o trivial, entre o alto e o baixo, entre o refinado e o vulgar, entre o sagrado e o profano. Nesse clima, os loucos viram sábios, os reis, mendigos e a realidade se confunde com a fantasia. Um golpe de Estado simbólico que termina quase sempre com a eleição de um rei, substituto temporário da autoridade oficial. (Empoli, 2019, p.12).

Desde tal metáfora o autor analisa o caso da chegada ao poder de Giuseppe Conte que, mesmo com a revelação de que seu curriculum está cheio de *fake news* e que jamais foi aluno de prestigiosas universidades como Cambridge ou Sorbonne como afirmava seu CV, permaneceu imune, mesmo com seu desagradável hábito de “dizer o que pensa”, protagonizando vexames políticos, como o caso narrado pelo autor de quando em visita oficial à China, dirigiu-se ao líder supremo Xi Jinping como “senhor Ping” ((Empoli, 2019, p.15).

E assim também foram seus assessores que passavam o dia tuitando nas redes sociais para disseminar o ódio e o medo. Mas, afinal, a verdade pouco importava naquele momento político. Seguiu na Itália um governo que apenas o carnaval político romano conseguia ir mais longe do que representações, máscaras, fantasias, personagens criados e vividos, tornando real e verdade as loucuras dos que se apropriaram do poder e nele seguiram como que indiferentes ou imunes às instituições democráticas.

Mas o carnaval não se limitou às fronteiras da Itália.

Onde quer que seja, na Europa ou em outros continentes, o crescimento dos populismos tomou a forma de dança frenética que atropela e vira ao avesso às regras estabelecidas. Os defeitos e vícios dos líderes populistas se transformam, aos olhos dos eleitores, em qualidades. Sua experiência é a prova de que eles não pertencem ao círculo corrompido das elites. E sua incompetência é vista como garantia de autenticidade. As tensões que eles produzem em nível internacional ilustram sua independência, e as “fake News” que balizam sua propaganda são a marca de liberdade de espírito. (Empoli, 2019 p. 17-18)

A mesma farsa carnavalesca levou Donald Trump, Boris Johnson, Jair Bolsonaro e recentemente na Argentina, Javier Milei, a simbiose de todos, ao poder. Um novo mundo político com novas estratégias que vem ameaçando a democracia e suas instituições vem se delineando. Ao que parece um carnaval populista e antidemocrático onde um escândalo parece ofuscar outras espirais sem fim de estupidez, mentiras e tentativas de golpe.

Porém, não se trata de mero acaso. Por trás dessa inversão há um trabalho feroz de especialistas e consultores políticos afinados com os interesses do grande capital que identificam a performance e potencial de cada personagem identificando tendências e interesses, são os *spin doctors*, especialistas em Big Data, capazes de potencializar e monitorar os interesses e dados dos usuários de redes sociais. São os engenheiros do poder e do caos sem os quais esse novo populismo e seus representantes não chegariam ao poder.

Foi a farsa carnavalesca construída por esses novos agentes da política que levou Donald Trump, Boris Johnson, Jair Bolsonaro e na Argentina, Javier Milei, a simbiose de todos, ao poder. Um novo mundo político com novas estratégias que vem ameaçando a democracia e suas instituições. Ao que parece um carnaval populista e antidemocrático onde um escândalo parece ofuscar outras espirais sem fim de estupidez, mentiras e tentativas de golpe.

Por trás dessa inversão há um trabalho feroz de especialistas e consultores políticos afinados com os interesses do grande capital que identificam a performance e potencial de cada personagem identificando tendências e interesses, são os *spin doctors*, especialistas em Big Data, capazes de potencializar e monitorar os interesses e dados dos usuários de redes sociais. São os engenheiros do poder e do caos sem os quais esse novo populismo e seus representantes não chegariam ao poder.

Desde tal perspectiva e trazendo outros elementos de análise é possível discutir como o novo populismo antidemocrático brasileiro, discurso político forte e presente nas práticas e convicções de atores institucionais e sociais é alinhado ao neoliberalismo. Sem dúvida, diabólica combinação tem produzido fragilidade e fissuras na ordem constitucional democrática brasileira, produto de uma nova forma de colonização mais sofisticada que além da dominação dissemina o ódio sem o menor pudor.

Facilmente o capitalismo internacional na versão digital se deu conta que as redes sociais são mais eficazes para seus propósitos quando alimentam *fake news* e teorias da conspiração por terem também uma face carnavalesca e, assim, *...o escárnio vem sendo, desde então, a ferramenta mais eficiente para dissolver as hierarquias. Durante o Carnaval, um bom e libertador ataque de riso é capaz de enterrar a ostentação do poder, suas regras e pretensões. Nada mais devastador para a autoridade que o impertinente, que a transforma em objeto ridículo* (Empoli, 2019, p. 21)

CONCLUSÃO.

Imersos em um cenário desolador de profunda e aparentemente irreversível crise de representação democrática, refletir criticamente sobre os atuais paradoxos e desafios da fragmentada sociedade brasileira implica superar a complacência com um sistema econômico e político que vem ofuscando a real dimensão da tecnologia, da algoritmização da vida e dos sujeitos o que constitui uma nova face do processo de dominação provisoriamente chamado de colonialismo digital.

Sem dúvida, o colonialismo digital constitui estratégia do atual estágio do capitalismo global que se corporifica nas distintas esferas de dominação de apropriação produzindo uma nova partilha dos espaços periféricos entre os monopólios da informação que operam nas distintas esferas do poder.

Pensar a decolonialidade digital é uma tarefa fundamental e urgente que não se trata de mera “demonização” das redes digitais, mas, ter como ponto de partida compreender e desnudar o sentido social, político e econômico das novas tecnologias colocando em questão o caráter predador, acumulador e pouco sutil da nova etapa do capitalismo.

Referências

BRUNO, Fernanda; CARDOSO, Bruno; KANASSHIRO, Maria; GUILHON, Luciana; MELGAÇO, Lucas. *Tecnopolítica da Vigilância – perspectivas da margem*. São Paulo: Boitempo, 2019

CASTRO ROCHA, João Cesar. *Bolsonarismo. Da guerra cultural ao terrorismo doméstico. Retórica do ódio e dissonância cognitiva coletiva*. São Paulo: Grupo Autêntica, 2023.

CESARINO, Letícia. *O mundo do avesso – verdade e política na era digital*. São Paulo: Ubu Editora, 2023

COULDRY, Nick; MEJIAS, Ulises A. *The costs of connection: how data is colonizing human life and appropriating it for capitalism*. Stanford: Stanford University Press, 2019.

DARDOT, Pierre ; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo – ensaio sobre a sociedade neoliberal*. Trad. Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016

DUSSEL, Enrique. *Europa, modernidad y eurocentrismo*. In: LANDER, Edgardo (org.) *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2000

EMPOLI, Giuliano Da. *Os engenheiros do caos*. Tradução de Arnaldo Bloch. São Paulo: Vestígio Ed., 2019

FANON, Omar Frantz. *Os condenados da terra*. São Paulo: Zahar, 2022

FAUSTINO, Deivison; LIPPOLD, Walter. *Colonialismo Digital – por uma crítica hacker-fanoniana*. São Paulo: Boitempo, 2023

LIPPOLD, Walter, FAUSTINO, Deivison. *Colonialismo Digital, Racismo e Acumulação Primitiva de Dados*. *Revista Germinal: marxismo e educação em debate*, Salvador, v.14, n.2, p. 56-78. ago. 2022

MIGNOLO, Walter. *Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política*. *Cadernos de Letras da UFF, Dossiê: literatura, língua e identidade*, n.34, 2008, p.287-324.

QUIJANO, Aníbal. *Ensayos em torno a la colonialidad del poder*. Argentina: Ediciones del Signo, 2019

SANTOS, B. S. *Boaventura: o Colonialismo e o século XXI*. Disponível em: <https://outraspalavras.net/geopoliticaeguerre/boaventura-o-colonialismo-...>. Acesso em: 13 out. 2024.

SCHAWARCZ, Lília Moritz. Quando acaba o século XX. São Paulo: Cia das Letras, 2020.

SPAREMBERGER, Raquel Fabiana Lopes; DAMAZIO, Eloise da Silveira Peter. Discurso constitucional colonial: um olhar para a decolonialidade e para o “novo” Constitucionalismo Latino-Americano. Revista Pensar, Fortaleza, v. 21, n. 1, p. 271-297, jan./abr. 2016.

WALSH, Catherine. Interculturalidad, Estado, sociedade: luchas (de)colonialies de nuestra época. Quito: Universidad Antina Somón Bolívas; Abya-Yala, 2009

ZIZEK, Slavoj. Problemas en el paraíso – del fin dela historia al fin del capitalismo. Trducción de Damià Alou. Barcelona: Ed. Anagrama, 2016

ZUBOFF, Shoshana. A era do capitalismo da vigilância – a disputa por um futuro humano na nova fronteira do poder. Tradução de Luís Filipe Silva e Miguel Serras Pereira. Lisboa: Relógio D' Água Ed., 2020.

Artigo de autor convidado

Editores da seção:
Dra. Ivone Fernandes Morcilo Lixa
Dr. Marcelino Meleu

Editor geral:
Dr. Leonardo da Rocha de Souza

Editoras executivas:
Janine Miranda Weiner Vicente da Silva
Júlia Mogk Ehrat
Layra Linda Rego Pena
Martina Hering Ferreira